

Comissão Mista quer mudar MP dos bancos

Punição a auditores, obrigação do BC de deliberar coletivamente sobre intervenções e de prestar contas ao Senado são os principais pontos em estudo pelos senadores



Os auditores que assinam como bons os balanços de bancos que apresentarem dificuldades nos 12 meses seguintes ao de sua publicação poderão ser descredenciados. A inovação poderá ser proposta em projeto de conversão à Medida Provisória nº 1.182, segundo informou o relator da MP, senador Vilson Kleinübing (PFL-SC).

Durante reunião informal com alguns membros da Comissão que examina a medida, ontem de manhã, Kleinübing antecipou outros pontos em torno dos quais há entendimento entre os membros do colegiado: obrigação de o Banco Central prestar contas,



Kleinübing

à Comissão de Assuntos Econômicos do Senado, de todas as intervenções no mercado financeiro; e dispositivo visando a explicitar que apenas a diretoria do BC, em decisão coletiva, poderá determinar intervenções, regimes de administração especial ou liquidações de instituições financeiras.

Kleinübing acrescentou que questões como proteção aos correntistas, bem como a punição dos acionistas controladores e dos administradores, são pontos da MP sobre os quais não há discordâncias.

■ **Leia mais sobre o tema na página 3.**

Senadores iniciam agora a avaliação técnica do Sivam

As comissões do Senado que estão analisando o projeto do Sistema de Vigilância da Amazônia (Sivam) decidiram ontem convocar para depoimentos, na terça-feira, o ex-secretário de Assuntos Estratégicos almirante Mário César Flores e o coordenador do projeto, brigadeiro Oliveira. Na quarta-feira, será ouvido o físico Rogério Cerqueira Leite.

O senador Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA), na presidência dos trabalhos conjuntos das comissões de Relações Exteriores e Defesa Nacional, de Fiscalização e Controle e de Assuntos Econômicos, afirmou que os depoimentos ligados à escuta telefônica na casa do ex-chefe do Cerimonial do Palácio do Planalto,

embaixador Júlio César Gomes dos Santos, estão encerrados. "Agora, vamos sair do grampo e analisar a parte técnica e financeira do Sivam", disse.

Já o relator da matéria, senador Ramez Tebet (PMDB-MS), afirmou em entrevista que viu contradições nos depoimentos de quarta-feira do embaixador Júlio César, do dono da Líder Táxi Aéreo, José Afonso Assumpção, e do delegado Mário José Oliveira dos Santos, responsável pela escuta telefônica.

Antonio Carlos Magalhães espera que os trabalhos conjuntos das três comissões sobre o Sivam estejam encerrados daqui a 30 dias.

■ **Leia mais sobre o Sivam na página 3.**

A Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional do Senado (CRE) aprovou ontem, por unanimidade, a indicação do ex-presidente Itamar Franco para o cargo de embaixador do Brasil junto à Organização dos Estados Americanos (OEA). **Página 2**

NESTA EDIÇÃO

Ademir registra protesto contra Lei de Patentes

Página 4

Odacir apela ao Bird por Rondônia

O senador Odacir Soares (PFL-RO) pediu ao Banco Mundial que acelere a liberação dos recursos previstos para um plano de desenvolvimento de Rondônia. **Página 4**

Aprovada jornada máxima para a área de enfermagem

O Senado aprovou ontem projeto de lei que fixa em 30 horas semanais a jornada máxima de trabalho dos profissionais de enfermagem. Oriundo da Câmara - onde foi apresentado pela então deputada e hoje senadora Benedita da Silva (PT-RJ) -, o projeto está pronto para ir à sanção presidencial. O Senado também aprovou a prorrogação por mais um ano da isenção de IPI na compra de veículos para taxistas e portadores de deficiência física. **Página 4**

Alcântara homenageia instituto



Lúcio Alcântara

O senador Lúcio Alcântara (PSDB-CE) destacou ontem a inauguração nesta sexta-feira, em São Paulo, do Instituto Cultural Itaú, empreendimento cuja atuação, segundo informou, será voltada para o enriquecimento da arte e da cultura no país. Alcântara disse que o instituto nasce com o objetivo de promover a divulgação da cultura brasileira, buscando com isso alcançar todo o território nacional.

No mesmo discurso, Lúcio Alcântara elogiou o trabalho realizado pelo Centro Industrial do Ceará (CIC), cuja presidência será assumida hoje pelo empresário Jorge Parente Frota Júnior. Segundo o senador, esse empresário conduzirá uma instituição que já foi dirigida por figuras da maior importância no estado do Ceará, como o senador Beni Veras (PSDB), o governador Tasso Jereissati, Sérgio Machado, Assis Machado e Amarílio Macedo. Ele afirmou que a influência do CIC junto à sociedade cearense foi significativa durante o processo de redemocratização do país e na eleição de Tancredo Neves.

Indagado sobre sua participação no Projeto Sivam, Itamar Franco disse que autorizou a dispensa de licitação para a contratação, em seu governo, após ouvir o Conselho de Defesa Nacional, do qual fazem parte os presidentes do Senado e da Câmara.

Comissão aprova indicação de Itamar para a OEA

Ex-presidente lembra que dispensou licitação para o Projeto Sivam após ouvir o Conselho de Defesa Nacional

A Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional do Senado (CRE) aprovou ontem, por unanimidade, a indicação do ex-presidente Itamar Franco para o cargo de embaixador do Brasil junto à Organização dos Estados Americanos (OEA). Antes da decisão, a Comissão promoveu uma sabatina de duas horas, em reunião secreta.

Indagado sobre sua participação

no Projeto Sivam, Itamar Franco disse que autorizou a dispensa de licitação para a contratação, em seu governo, após ouvir o Conselho de Defesa Nacional, do qual fazem parte os presidentes do Senado e da Câmara.

O ex-presidente explicou que, do caráter secreto da reunião do conselho, não poderia revelar o conteúdo da ata sobre o Si-

vam. Mas afirmou ser favorável a que o Congresso requirite o documento, para análise.

A CRE aprovou também as indicações de Fernando Pedreira para o cargo de embaixador do Brasil junto à Unesco e de Cláudio Maria Henrique do Couto Lyra para embaixador em São Vicente e Granadina. As mensagens ainda serão submetidas à deliberação do plenário.

Marluce destaca rádio e televisão na Amazônia

A senadora Marluce Pinto (PMDB-RR) manifestou seu contentamento com a renovação da concessão da Rádio e TV Amazonas, aprovada ontem pelo Senado Federal. Ela afirmou que a empresa exerce um importante papel na integração da região Norte com o resto do País.

Conforme Marluce Pinto, a Rádio e TV Amazonas empre-



Marluce Pinto

ga atualmente 625 pessoas em diversos setores e faturou US\$ 12 milhões em 1994, tendo realizado, só neste ano, investimentos da ordem de US\$ 800 mil.

Na opinião da senadora, é graças a investimentos como esse que a região amazônica hoje está integrada ao resto do continente.

Recursos para voto eletrônico

A Justiça Eleitoral terá um crédito adicional até o limite de R\$ 78,3 mil para comprar equipamentos destinados à votação eletrônica. O crédito foi aprovado pelo Congresso Nacional na noite de quarta-feira.

Outra autorização para abertura de crédito especial no Orçamento da União foi aprovada ontem pela Comissão Mista de Orçamento, presidida pelo senador Renan Calheiros (PMDB-AL), em favor da Justiça do Distrito Federal, no valor de até R\$ 3,16 milhões.

Agenda do Dia

PRESIDENTE

Senador José Sarney

9h - Preside Sessão Ordinária do Senado.

PLENÁRIO

9h - Sessão não deliberativa do Senado

PREVISÃO DOS TRABALHOS PARA A PRÓXIMA SEMANA

PLENÁRIO

Terça-feira (05.12.95)

14h30 - Sessão Ordinária do Senado.

Pauta: Apreciação de diversas matérias, destacando-se: *Redação final do PLS nº 186/95, que proíbe a nomeação de parentes para cargos em comissão, e dá outras providências (em discussão).

Comemoração Especial: O tempo destinado aos oradores da *Hora do Expediente* será dedicado à comemoração do centenário de fundação do Clube de Regatas Flamengo.

COMISSÕES

Terça-feira (05.12.95)

10h - Comissão Mista de Orçamento

Pauta: Votação de créditos adicionais. Local: Plenário 09 - Câmara dos Deputados.

10h30 - Comissão Especial da Reforma Político-Partidária

Pauta: A ser definida. Local: Sala 09 - Ala Senador Alexandre Costa.

14h - Comissão Mista destinada a examinar e emitir parecer sobre a

MP nº 1.182/95, que dispõe sobre a responsabilidade solidária de controladores de instituições submetidas aos regimes de que tratam a Lei nº 6.024/74 e o Decreto-lei nº 2.321/87, sobre a indisponibilidade de seus bens, sobre privatização de instituições cujas ações sejam desapropriadas na forma do Decreto-lei nº 2.321/87, e dá outras providências.

Pauta: Assuntos da comissão. Local: Sala 06 - Ala Senador Nilo Coelho.

17h - Comissão Mista destinada a examinar e emitir parecer sobre a

MP nº 1.192/95, que dispõe sobre o valor total anual das mensalidades escolares, e dá outras providências.

Pauta: Instalação, eleição do presidente, vice-presidente e escolha do relator. Local: Sala 06 - Ala Senador Nilo Coelho.

O CASO SIVAM

Miranda denuncia irregularidade a FHC



Humberto Lucena

Lucena critica MPs de fusão de bancos

A edição de medidas provisórias destinadas a salvar o setor financeiro foi criticada pelo senador Humberto Lucena (PMDB-PB). Na opinião do senador, o procedimento do Executivo ao autorizar o Banco Central a assumir débitos e aceitar títulos podres de bancos privados falidos como garantia de empréstimos contraria a Constituição, que prevê lei complementar para esses casos, conforme afirmou.

Lucena atacou também a manutenção dos benefícios fiscais para os bancos que encampem instituições falidas, argumentando que os bancos estaduais jamais tiveram esse tratamento.

É bem verdade que, após as intervenções de senadores, durante conversas com o ministro da Fazenda, Pedro Malan, ocorreram algumas mudanças. Como, por exemplo, o comprometimento da parte do governo de exigir garantias reais nos empréstimos, envolvendo o patrimônio das empresas coligadas e bens dos administradores, assim como a exigência de relatórios sobre gastos públicos decorrentes das fusões - ponderou Humberto Lucena, ressaltando que objetivamente nada disso foi ainda definido.

Em carta encaminhada ao presidente Fernando Henrique Cardoso, o presidente da Comissão de Assuntos Econômicos do Senado e relator do pedido de financiamento do Sistema de Vigilância da Amazônia (Sivam), senador Gilberto Miranda (PMDB-AM), afirma ter recebido na sexta-feira da semana passada documentos com "fortes indícios de irregularidades" no projeto. O presidente da República enviou ao Senado cópia da carta, para que os senadores examinem a denúncia.

Conforme Gilberto Miranda, a Comissão Coordenadora do projeto Sivam substituiu a empresa Westinghouse pela Martin-Marietta como subfor-

necedora de um grupo de radares transportáveis, seis meses depois que o projeto foi aprovado pelos senadores. Além disso, os radares da Martin-Marietta se encontram em fase de desenvolvimento e nunca foram instalados em qualquer país, o que contraria as próprias determinações da Comissão Coordenadora do Sivam.

Miranda informa que, em 21 de dezembro do ano passado, ao relatar o assunto, foi informado de que radares constavam na planilha da Raytheon, vencedora da licitação, por US\$ 165,2 milhões. Eram os mesmos radares fabricados pela



Miranda

Westinghouse. Agora, consta a empresa Martin-Marietta e o custo dos radares é de US\$ 116,6 milhões. A redução de preços poderia ser benéfica ao Brasil, mas o senador descobriu que, numa fase preliminar da licitação, os mesmos radares da Westinghouse aparecem na proposta de um grupo concorrente por apenas US\$ 74,8 milhões.

A Westinghouse, cujos radares foram preteridos, enviou carta de protesto ao governo brasileiro, mas nada foi feito, explicou Miranda. Para Gilberto Miranda, a mudança mostra "um superfaturamento de mais de US\$ 90 milhões, num único item".

Delegado depõe e nega ter gravado fala de FHC

O delegado Mário José de Oliveira Santos, ex-diretor do Centro de Dados Operacionais da Polícia Federal, afirmou quarta-feira à noite, em depoimento às comissões do Senado que analisam o Sivam, que qualquer delegado federal tem autonomia para pedir a um juiz que seja autorizada escuta telefônica. Para isso, bastam suspeitas de que o telefone *grapeado* esteja sendo usado por pessoas envolvidas em tráfico de drogas.

O delegado assumiu perante os

integrantes das Comissões de Relações Exteriores e Defesa Nacional, de Fiscalização e Controle, e de Assuntos Econômicos a responsabilidade pela escuta telefônica na casa do ex-chefe do Cerimonial do Palácio do Planalto, embaixador Júlio César Gomes dos Santos. Reafirmou ter recebido denúncias telefônicas anônimas e só descobriu que o embaixador era assessor do presidente dias depois. O delegado garantiu aos senadores que não foi feito nenhum *grampo* no Palácio do Planalto e que a escuta

não captou qualquer conversa do embaixador com o presidente Fernando Henrique Cardoso.

Depois de mostrar aos senadores um aparelho usado no *grampo*, Mário José de Oliveira se recusou a revelar publicamente o nome de um agente que o ajudou a identificar o embaixador, assim que "descobriu" que a escuta vinha sendo feita na casa de um alto funcionário da Presidência da República. Em reunião secreta com os senadores, depois do depoimento, o delegado passou o nome completo do agente.

Episódio mostra o presidente exposto, diz Mauro

O caso Sivam, na opinião do senador Mauro Miranda (PMDB-GO), serviu para mostrar a falta de canais de comunicação entre o Palácio do Planalto e o Legislativo. A seu ver, o presidente da República precisa sanar rapidamente essa dificuldade indicando para o Gabinete Civil uma pessoa de maior habilidade política. Mauro ainda criticou o academicismo dos burocratas que



Mauro

ocupam altos postos no governo.

O senador reconheceu que o presidente Fernando Henrique Cardoso tem gosto pela política, mas condenou os mecanismos de acesso e diálogo com o governo, afirmando que eles estão obstruídos.

Vocação para entender a dinâmica democrática e apetite para conversar são moedas escassas na burocracia que está enquistada nos postos-chaves do Executivo - afir-

mou Mauro Miranda.

Como exemplo, ele disse que, no Gabinete Civil, "onde havia portas abertas para ouvir, sentir, dissidentir ou conciliar, existe hoje o sítio fechado dos conciliábulos palacianos".

Os fatos mais recentes mostram que o presidente da República está dramaticamente exposto. O episódio rumoroso do Sivam exibiu um Palácio do Planalto sem amortecedores e sem pára-choques para absorver as pancadas - explicou o senador.

Ademir critica Lei de Patentes



O senador Ademir Andraide (PSB-PA) destacou a vinda a Brasília de uma comissão de deputados estaduais gaúchos, a fim de manifestar-se contra a aprovação do projeto de Lei de Patentes. A comissão trouxe documento sustentando que o projeto, como se encontra, atenta contra a soberania nacional e o desenvolvimento brasileiro.

O senador José Eduardo Dutra (PT-SE) manifestou a expectativa de que os governos federal e de Sergipe adotem imediatas providências no sentido de legalizar a situação de 900 famílias de trabalhadores desempregados que ocuparam uma área improdutivo de 4 mil hectares da usina Santa Clara. Segundo o senador, a usina encontra-se desativada há vários anos e a invasão foi motivada por uma questão de sobrevivência, depois de uma concentração que durou dois dias, no município de Capela.

Dutra dá apoio a grupo sem-terra

O presidente do Senado, José Sarney, recebeu, em audiência, José Rainha, líder dos Sem-Terra, que veio buscar apoio para a votação de legislação visando solucionar os conflitos no campo. Rainha estava acompanhado pelos senadores Eduardo Suplicy (PT-SP) e Marina Silva (PT-AC).

Sarney recebe José Rainha

O presidente do Senado, José Sarney, recebeu, em audiência, José Rainha, líder dos Sem-Terra, que veio buscar apoio para a votação de legislação visando solucionar os conflitos no campo. Rainha estava acompanhado pelos senadores Eduardo Suplicy (PT-SP) e Marina Silva (PT-AC).

Senado aprova jornada máxima para enfermagem

Plenário também prorroga por mais um ano a isenção do IPI na compra de veículos por taxistas e portadores de deficiência física

Os profissionais de enfermagem passarão a ter uma jornada máxima de trabalho de 30 horas semanais. Medida nesse sentido foi aprovada ontem pelo Senado e depende apenas da sanção presidencial para entrar em vigor. O projeto, originário da Câmara dos Deputados, é de iniciativa da hoje senadora Benedita da Silva e altera uma lei de 1995, que regulamenta o exercício das diferentes profissões da área.

O Senado também prorrogou por mais um ano a isenção do IPI na compra de veículos para taxistas e pessoas portadoras de deficiências físicas.

Foi rejeitado requerimento do senador Roberto Requião (PMDB-PR), que solicitava a apreciação da Lei de Patentes também pela Comissão de Educação.

A renovação de permissões e concessões outorgadas a 19 rádios e tevês foi aprovada, assim

como as permissões para a exploração de radiodifusão.

O líder do governo, Elcio Alvares (PFL-ES), defendeu o adiamento, por 15 dias, da votação do projeto que submete a privatização da Vale do Rio Doce à autorização do Congresso Nacional, contrapondo-se a requerimento de José Eduardo Dutra (PT-SE), autor da proposta, que pretendia votar ontem sua inclusão na pauta de votações.

Odacir pede recursos do Bird para Rondônia

O senador Odacir Soares (PFL-RO) pediu ao Banco Mundial (Bird) que acelere a liberação dos recursos previstos para o Plano Agropecuário e Florestal de Rondônia (Planaflo) e que aprove a licitação, já realizada, relativa à 2ª Aproximação



Odacir Soares

do Zoneamento Sócio-Econômico-Ecológico, projeto que dá continuidade ao programa de planejamento e orientação de políticas e diretrizes governamentais necessárias ao desenvolvimento harmônico e integrado do estado.

Suassuna defende Proálcool

A reativação do Programa Nacional do Álcool (Proálcool) foi defendida pelo senador Ney Suassuna (PMDB-PB), ao alertar que "não devemos permitir que uma solução nacional e pioneira seja desacreditada pela falta de firmeza de nosso governo em manter um plano de tão grande importância estratégica".

O senador manifestou a convicção de que o programa permitirá ao Brasil livrar-se da dependência do petróleo, consolidando o álcool como fonte de energia alternativa não poluente. Além disso, conforme frisou, a reativação do parque sucro-alcooleiro possibilitará a geração de milhares de empregos.

Para senadora, projeto corrige injustiças

Antes da votação de seu projeto que regulamenta as profissões relacionadas à área de enfermagem, Benedita da Silva pediu em discurso o apoio dos senadores, lembrando que o projeto tramita no Congresso desde 1989, quando foi apresentado por ela na Câmara dos Deputados. A proposta, segundo informou, estabelece um piso salarial e uma jornada de trabalho, corrigindo injustiças.

Benedita apresentou documento de apoio ao projeto com cerca de 3 mil assinaturas de participantes do 47º Congresso Brasileiro de Enfermagem, realizado em Goiânia entre 19 e 24 de novembro. Valmir Campelo (PTB-DF) e Bernardo Cabral (AM) apoiaram a proposta, depois aprovada pelo plenário.

MESA DIRETORA DO SENADO FEDERAL

Presidente: José Sarney ■ 1º Vice-Presidente: Teotônio Vilela Filho
2º Vice-Presidente: Júlio Campos ■ 1º Secretário: Odacir Soares
2º Secretário: Renan Calheiros ■ 3º Secretário: Levy Dias
4º Secretário: Ernandes Amorim ■ Suplentes de Secretário: Antonio Carlos Valadares ■ José Eduardo Dutra ■ Luiz Alberto de Oliveira ■ Ney Suassuna

Impresso no Centro Gráfico do Senado Federal

Jornal do Senado

Órgão de divulgação da Secretaria de Comunicação do Senado Federal
Diretor da Secretaria de Comunicação Social - Fernando Cesar Mesquita
Diretor da Subsecretaria de Divulgação - Helival Rios ■ Coordenador de Jornalismo - Flávio de Mattos ■ Chefe do Serviço de Imprensa - José do Carmo Andrade ■ Editores - Djalba Lima e Edson de Almeida
Diagramação - Sérgio Silva e Wesley Carvalho ■ Fotos - Célio Azevedo e Mírcia Kalume e Adão Nascimento ■ Revisão: Maria das Graças Aureliano ■ Veja no Diário do Congresso Nacional a íntegra dos projetos e pronunciamentos citados.